



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"  
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

---

**Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Entidades organizativas e formação profissional: desafios para o Serviço Social**

**Janaína Lopes do Nascimento Duarte<sup>1</sup>**

**Resumo:** Como recorte de pesquisa de doutorado em Serviço Social, este texto tem como objetivo elucidar, a partir das análises dos dirigentes e suas entidades organizativas (ABEPSS, CEFSS e ANDES), os principais desafios que incidem sobre a formação profissional e o trabalho docente do Assistente Social e que, ao mesmo tempo, fundamentam as ações de resistência do coletivo destas organizações. Assim, discutiremos: a) a pesquisa realizada com dirigentes de entidades e os pressupostos da dinâmica de resistência no Serviço Social; b) os desafios e questões atuais para a formação e o trabalho docente, na visão dos dirigentes; e, por fim, c) breves considerações finais sobre a relevância do trabalho de análise das entidades para a formação qualificada e para a construção de uma agenda de lutas.

**Palavras Chave:** Entidades Organizativas; Formação Profissional; Serviço Social

**Abstrat:** As a part of a doctorate research in Social Work, this text has the objective of elucidate, from the analisys of the directors and their organizative entities (ABEPSS, CFESS and ANDES), the main chalenges that occur in the professional formation and in the Social Work's teaching work and that, at the same time, establish the actions of resistance of the group of these organizations. So, we are going to discuss: a) the research done with the directors of the entities and the purposes of the dinamic of resistance in the Social Work; b) the chalenges and actual questions to the formation and the teaching work, from the point of view of the directors; and, lastly, c) short final considerations about the relevance of the work of analisys of the entities to the qualified formation and to the construction of a schedule of fight.

**Keywords:** Organizative Entities; Professional Formation; Social Work

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil, as investidas neoliberais na educação superior culminaram com um processo de expansão de contornos amplificados a partir dos anos 1990 e centrada no processo de contrarreforma da política de educação, com ênfase na produtividade, no empresariamento da educação e na certificação em massa, cuja aparência se expressa na pseudodemocratização do acesso, com rebatimentos na graduação e na pós-graduação tanto no setor privado como no público.

Nos anos 2000, o processo de expansão da educação superior, como "serviço não exclusivo do Estado" (em oposição à garantia da educação como direito) se adensa com

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Assistente Social, Doutora (UFRJ) e Mestre (UFRN) em Serviço Social. E-mail: <jana.lopesduarte@gmail.com>; <janaduarte@unb.br>.

a continuidade da contrarreforma do Estado brasileiro, sob o comando dos interesses privados dos grupos empresariais que vêm assumindo este nível da educação no país<sup>2</sup>.

Este processo acarreta diversas alterações para a formação profissional, a universidade brasileira, a produção do conhecimento e o trabalho docente na atualidade, com implicações para o processo de resistência coletiva, em especial no Serviço Social. Entretanto, mesmo em tempos de retrocessos e perdas sociais, formas de resistência individuais e coletivas conseguem sobressair e, nelas, o trabalho de análise de realidade e conjuntura das entidades organizativas da categoria do Serviço Social se constitui como essencial subsídio para construção coletiva de ações e enfrentamentos.

Como recorte de pesquisa qualitativa concluída de doutorado em Serviço Social e tomando como referência a capacidade de análise das entidades organizativas (ABEPSS, CEFSS e ANDES), este texto tem como **objetivo** elucidar, a partir das análises dos dirigentes destas entidades, os principais desafios e questões que incidem sob a formação profissional e o trabalho docente do Assistente Social e que, ao mesmo tempo, fundamentam as ações de resistência do coletivo destas organizações.

Diante do exposto, trataremos do tema a partir dos seguintes tópicos: a) pesquisa realizada com dirigentes de entidades e pressupostos da dinâmica de resistência no Serviço Social; b) desafios e questões atuais para a formação e o trabalho docente, na visão dos dirigentes; e c) breves considerações finais sobre a relevância do trabalho de análise das entidades para a formação qualificada e para a construção de uma agenda de lutas.

## **1 ELEMENTOS INICIAIS DO ESTUDO: A PESQUISA DE CAMPO E OS PRESSUPOSTOS DA RESISTÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL**

Como parte da pesquisa de campo<sup>3</sup> realizada para elaboração de tese de doutorado<sup>4</sup>, foram realizadas **entrevistas semiestruturadas** gravadas com os dirigentes

---

<sup>2</sup> Segundo o próprio Censo da Educação Superior 2013 (BRASIL/MEC/INEP, 2015, p. 15), “[...] para cada instituição pública, existem aproximadamente sete instituições privadas”.

<sup>3</sup> Nosso percurso investigativo efetuiu-se a partir de três frentes autoimplicadas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, esta última realizada em duas fases (questionário com docentes e entrevistas com dirigentes de entidades organizativas).

<sup>4</sup> Na fase de preparação para a pesquisa de campo (tanto aplicação de questionários com docentes como entrevistas com dirigentes de entidades), nosso projeto de pesquisa de tese foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ,

das entidades organizativas CFESS, ABEPSS e o ANDES<sup>5</sup>, a partir de roteiros detalhados e individuais. Tais roteiros tiveram como intuito: a) identificar qual a análise que as entidades faziam da realidade e conjuntura atual, a fim de entender seu processo de construção da agenda de lutas; b) verificar como as estratégias de luta e resistência coletivas eram construídas e viabilizadas; e c) identificar a articulação entre as entidades.

Neste sentido, realizamos um total de 04 entrevistas com os seguintes sujeitos: presidente e coordenador nacional de formação, ambos da ABEPSS; coordenadora da comissão de formação do CFESS; e vice-presidente da regional do Rio de Janeiro do ANDES. As entrevistas foram realizadas durante Oficina Nacional de Graduação e Pós-Graduação da ABEPSS, na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 03 e 05/11/2015.

Um importante registro desta fase da pesquisa é que, além dos/as entrevistados/as se constituírem como dirigentes envolvidos com as ações e questões de resistência das entidades, 100% dos/as entrevistados/as também assumiam a função docente em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e tinham formação em Serviço Social. Tal perfil foi fundamental para a efetivação, por parte dos dirigentes, de férteis debates e reflexões ao longo das entrevistas, como, por exemplo, sobre os desafios (im)postos para o magistério superior e sua articulação com a graduação e a pós-graduação nas IES.

Na verdade, a resistência coletiva no Serviço Social constitui-se como iniciativas motivadas e executadas pelo conjunto dos/as assistentes sociais via entidades e verbalizam a diversidade da categoria profissional, oferecendo a direção majoritária (ainda que não exclusiva) e a munição ética e política para as ações individuais e coletivas, especialmente para os docentes no seu cotidiano de trabalho nas unidades acadêmicas.

De acordo com as análises da nossa pesquisa de doutorado, a resistência da categoria profissional nas entidades, por meio de ações críticas de enfrentamento tanto direcionadas para a formação quanto para o exercício profissional, só se faz possível na atualidade devido à própria trajetória sócio históricas do Serviço Social. Isto porque somente **sob determinadas condições e possibilidades sócio históricas**, a profissão

---

conforme exigências do Conselho Nacional de Saúde (resolução CNS 466/2012), sendo emitido, pelo referido CEP, parecer consubstanciado favorável em 08 de abril de 2015.

<sup>5</sup> Foi discutido, lido e assinado por cada dirigente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo CEP/CFCH/UFRJ, explicando os propósitos e particularidades da pesquisa. Após, foi autorizada a gravação e realizada entrevista com cada dirigente, separadamente, em datas e locais distintos.

consegue acumular e construir um **patrimônio político e organizativo** que lhe permite definir uma agenda de lutas e resistências contemporâneas.

Sem sombra de dúvidas e apesar de todas as contradições e limites (DUARTE, 2013), o legado do processo de **renovação da profissão** (em especial, a construção do **Projeto Ético Político Profissional como herdeiro** deste processo) emite o bilhete de acesso à continuidade da luta dos profissionais e das suas entidades representativas, construindo os caminhos para a resistência na atualidade, voltada especialmente para a defesa de uma educação superior de qualidade.

No bojo desta reflexão introdutória (pressuposto), podemos ressaltar que a análise lúcida e crítica da realidade é tomada como ponto de partida para a construção das ações de resistência. Neste prisma, a seguir, trataremos das análises dos dirigentes das entidades organizativas sobre o contexto atual e os seus desafios para a formação profissional e o trabalho docente no tempo presente, análises estas que fundamentam as ações concretas de enfrentamento das mesmas entidades.

## **2 DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA VISÃO DOS DIRIGENTES: PRECARIZAÇÃO, INTENSIFICAÇÃO E PRODUTIVISMO ACADÊMICO**

Todos/as os/as dirigentes entrevistados/as introduziram suas falas a partir das reflexões críticas sobre a conjuntura contemporânea e os desafios (im)postos à educação superior brasileira e, conseqüentemente, à reconfiguração do trabalho docente nas universidades brasileiras, articulando criticamente três processos: a precarização, a intensificação do trabalho e o produtivismo acadêmico<sup>6</sup>.

Há unanimidade entre os/as dirigentes entrevistados/as da ABEPSS, CFESS e ANDES no quesito relativo aos principais desafios à formação profissional em geral e, ao trabalho docente em particular, sendo apontados, em primeiro lugar, os fenômenos precarização e intensificação do trabalho, a partir da expansão do ensino superior, com destaque para os anos 2000, em condições diferenciadas para IES públicas e privadas.

---

<sup>6</sup> Diante das limitações deste texto, não será possível problematizar teórico-metodologicamente tais categorias que se encontram fundamentadas a partir do debate sobre o trabalho como categoria fundante, bem como suas metamorfoses nas relações e condições de trabalho, vinculadas a luta de classes contemporânea.

Em relação à precarização, nas entrevistas foram ressaltadas as dificuldades voltadas para as condições objetivas de trabalho, especialmente para a infraestrutura das federais, a interiorização sem planejamento e as condições diversas e particulares do trabalho docente na atualidade, incluindo o trabalho nas IES privadas. No campo da intensificação, os/as entrevistados enfatizaram aspectos como a sobrecarga de trabalho, na graduação e na pós-graduação, muito determinada pelas funções administrativas assumidas pelos docentes, bem como pelas dificuldades em conciliar ensino, pesquisa e extensão a partir do modelo atual produtivista que determina as instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas, resguardadas suas especificidades.

A multiplicação dessas atividades e serviços faria parte do *novo modelo de universidade*, que se apoiaria nos parâmetros emanados das agências reguladoras e de fomento. Um projeto de pesquisa financiado, com patrocínio oficial ou não, implica, por exemplo, ‘obrigações’ de serviços extras, dificilmente quantificáveis, mas que *resultam em profundas mudanças no processo científico-acadêmico e em concomitante intensificação do trabalho* (SGUISSARDI; SILVA JR., 2009, p. 167).

Segundo os dirigentes da ABEPSS, no âmbito privado a **precarização** assume uma dimensão bastante perversa, no qual o professor não tem autonomia, “nem nenhum tipo de segurança de que no próximo semestre ele vai estar dando aula” (Entrevista 4 – p. 2), não só no Ensino à Distância (EAD), mas no presencial privado também, pois o processo de execução e avaliação da educação superior é direcionado pelo mercado.

Se você é um docente e você se recusa a fazer cursinho preparatório, por exemplo, o que acontece? Você é demitido! O coordenador de curso... Você tem a precarização objetiva, mas você tem uma pressão violenta, do ponto de vista da subjetividade desse trabalhador, de que lhe são exigidas coisas que são contrárias, muitas vezes, àquilo que ele acredita! (Entrevista 4 – p. 2)

O processo de crescimento da privatização na formação em Serviço Social também é uma das grandes preocupações do CFESS na atualidade, segundo a dirigente entrevistada, pois “[...] não obedece quase nunca à preocupação central com a formação de qualidade, porque quando vem do mercado a gente sabe que a *questão central não é a*

*qualidade* do serviço e sim como aumentar a lucratividade [...]” (Entrevista 3 – p. 1, grifos nossos).

Neste sentido, há um outro tipo de desafio, destacado pelos dois entrevistados dirigentes da ABEPSS, nos quais aspectos objetivos e subjetivos se interpõem, comprometendo a formação profissional em alguns cursos de graduação na rede privada, são eles: o “*ensalamento*” dos alunos em alguns cursos e a implementação de 20% da carga horária à distância em cursos presenciais privados. Sobre a questão do “*ensalamento*”, o coordenador nacional de graduação da entidade afirma que este fenômeno de precarização da formação vem ocorrendo em algumas IES privadas e explica:

[...] a entrada é por semestre, mas, por exemplo, o segundo semestre de um ano, de agosto a dezembro, a entrada é menor, então, os alunos entram e *vão direto para o segundo período, depois eles voltam para o primeiro* quando abre uma nova turma, depois vão lá para o terceiro, e isso tem prejudicado em muito (a formação). As universidades estão refazendo o projeto pedagógico para que não tenha mais pré-requisitos, por exemplo. Isso a gente tem encontrado muito! (Entrevista 1 – p. 2, grifos nossos).

Ou seja, os alunos são recolados nas turmas em razão do quantitativo de discentes, não sendo alocados conforme critérios pedagógicos pautados no projeto de formação profissional indicado nas Diretrizes Curriculares de 1996. Logo, quem dá a direção não é o projeto pedagógico do curso, mas a lucratividade da empresa que está fornecendo o serviço educação superior, pois não é rentável manter turmas pequenas.

Outro mecanismo citado pelos dirigentes da ABEPSS nas unidades acadêmicas privadas é a constituição de 20% da carga horária a ser oferecida na modalidade à distância nos cursos presenciais, sendo, por isso, chamados de semipresenciais. De acordo com o Art. 1º da Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004: “as IES poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos reconhecidos, a oferta de disciplinas do currículo que *utilizem modalidade semipresencial*” (BRASIL, 2004), com base no art. 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). O que fica melhor especificado no parágrafo 2º do mesmo artigo: “Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % da carga horária total do curso” (idem).

O dirigente da ABEPSS verbaliza a preocupação do coletivo da entidade com os rumos da formação profissional a partir dos 20% à distância nos cursos privados presenciais, em especial a preocupação direcionada para dois aspectos: a demissão de docentes; e o comprometimento de conteúdos acadêmicos, bem como da lógica dos núcleos da formação profissional, contidos nas Diretrizes de 1996, repercutindo diretamente no projeto de formação em vigor.

As escolas privadas têm utilizado esse recurso dos 20% [...] e acho que ele tem, primeiro, *demissão docente*... acho que isso vem de forma imediata, mas está embutido aí, para mim, *uma forma de precarização*. É o que nós estamos discutindo na ABEPSS, uma forma de precarização para além do trabalho docente, porque as disciplinas que vão para os 20% em EAD nos cursos presenciais, elas são disciplinas voltadas para sociologia, metodologia científica, pesquisa, economia, que são disciplinas de um rol de cursos comuns de humanidades. Então, o aluno não entende mais porque ele está vendo sociologia na relação trabalho e formação profissional do Assistente Social. Vai ser um professor que vai falar de Sociologia 1 para diversos cursos e não vai fazer relação direta com o trabalho, com a formação para o Serviço Social. Coloca em risco o projeto de profissão, *coloca em risco um projeto de formação crítico*. E é claro, *desarticula a lógica dos núcleos de fundamentação*, mesmo se a gente pensar de maneira estruturada as disciplinas nos núcleos, não se trata de articulação entre os componentes curriculares, quando um professor grava uma aula disso, ele vai ser replicado para todos os cursos (Entrevista 1 – p. 2, grifos nossos).

A presidente da ABEPSS ressalta que esta nova exigência dos 20% à distância para os cursos privados em Serviço Social pode também conduzir a:

[...] um tensionamento muito grande para o trabalho profissional, porque vai desencadear tanto nas condições objetivas muito mais precarizadas, quanto também do ponto de vista da sua subjetividade [...] com uma completa subsunção desse trabalhador a essa lógica e, quando ele tem um compromisso ético político, todo tensionamento que se vai gerar (Entrevista 4 – p. 2).

Em relação à precarização nas IES federais, a presidente da ABEPSS ressalta que, a expansão contemporânea da universidade pública, em particular com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ocorre de maneira precarizada, atingindo não só o “cotidiano do trabalho profissional (docente), mas a própria carreira dentro da universidade, com rebatimentos muito sérios tanto para aquilo

que é exigido do docente, quanto das suas próprias condições de trabalho” (Entrevista 4 – p. 1).

As condições da educação superior pública ficam ainda mais precárias a partir dos cortes de recursos gradativos, expondo o acirramento das fragilidades já existentes relativas à infraestrutura, ao quantitativo docente insuficiente para dar conta da ampliação da demanda com a expansão nos anos 2000, dentre outros aspectos, como ressalta o outro dirigente da ABEPSS: “Não podemos negar que houve uma ampliação do número de escolas públicas, mas sem nenhuma condição: com poucos professores, com condições muito ruins, com umas universidades inteiras de contêiners” (Entrevista 1 – p. 1).

O corte de recursos do MEC, em especial no 2º mandato petista de Dilma Rousseff<sup>7</sup>, é apontado pelos dirigentes da ABEPSS como elemento importante da agudização das condições já precárias de funcionamento geral das federais e das unidades acadêmicas de formação, inclusive comprometendo a vida dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), conforme depoimentos a seguir:

[...] os cortes vêm impactar diretamente [...] quando a gente não tem condições nenhuma de trazer pessoas para debater com a gente ou de incentivo para você ir a um congresso, por exemplo... Acho que os cortes têm rebatido na graduação com o aumento do número de alunos, sem infraestrutura, com obras paradas, a não construção de prédios de fato. Têm repercutindo também no número de docentes [...] que são menores do que estão previstos nos projetos pedagógico dos cursos [...] os cortes na assistência estudantil são avassaladores, do ponto de vista de ter universidades sem restaurante universitário, sem moradia estudantil, acho que isso tudo vem repercutir na qualidade da formação (Entrevista 1 – p. 4).

O corte de recursos vai incidir tanto do ponto de vista da precarização ainda maior dos PPGs, maior dificuldade dos programas de cumprir aquilo que é exigido pelas agências de fomento, quanto vai trazer também um rebatimento muito direto sobre a própria lógica produtivista. *Menos recurso, mais disputa!* [...] materializa, a médio prazo, uma maior dicotomia entre os programas (Entrevista 4 – p. 6 e 7, grifos nossos).

---

<sup>7</sup> Logo nos primeiros dias do 2º mandato do governo Dilma (2015) foi anunciada, pela sua equipe econômica, uma série de cortes nos ministérios, bem como foram editadas medidas provisórias e decretos para restringir recursos para a área social, limitando despesas dos ministérios do governo federal. Os maiores cortes ficaram no Ministério das Cidades, no Ministério da Saúde e no Ministério da Educação.

Na avaliação do dirigente do ANDES, o objetivo do governo é transparente: fazer com que “as universidades busquem dinheiro para financiar suas atividades no mercado. Aí o governo transfere para as universidades uma fatia pequena do orçamento e as mesmas têm que se virar, têm que ir no mercado buscar os recursos que faltam” (Entrevista 2 – p. 3). De fato, é parte de um projeto mais amplo afinado com o padrão atual de acumulação capitalista, no qual o mercado precisa ser fortalecido em detrimento do público: grandes ajustes no orçamento público são necessários, mas particularmente voltados para os direitos sociais, como a educação superior pública.

A coordenadora de formação profissional do CFESS ratifica tais desafios quando destaca que são muitos “os processos enfrentados hoje na universidade pública desde a sua estrutura, passando aí pelas questões de financiamento, mas também pelas condições de trabalho docente e as condições de formação, de acesso e permanência dos estudantes” (Entrevista 3 – p. 1).

De forma articulada ao processo de precarização, em relação à **intensificação**, os dirigentes ratificam a exigência constante de resultados quantitativa ou qualitativamente superiores para o trabalho docente. Portanto, sendo dispendida mais energia física, cognitiva e emotiva, ou seja, “mais trabalho” (DAL ROSSO, 2008), no qual os docentes são submetidos à(ao): rotinas exaustivas de trabalho; atividades administrativas e acadêmicas (graduação e pós) mais densas e volumosas; acirramento do nível de produção/publicação.

Hoje os docentes são responsáveis por fazer aquilo que tempos atrás o próprio secretário da universidade fazia que era passar as notas, *hoje a gente tem que fazer tudo!* Eu sou de uma universidade pública que a gente tem que reservar salas, tudo por sistemas *online*. Então, tem toda uma série de procedimentos que são exigidos desse profissional, além de todas as atribuições que ele já tinha. *Isso só aumentou!* Aumentaram as vagas, mas não aumentou na mesma proporção o número de docentes. Isso vai trazer, dentro da universidade pública, um rebatimento muito sério do ponto de vista do trabalho docente (Entrevista 4 – p. 1, grifos nossos).

O coordenador nacional de graduação da ABEPSS também ressalta a intensificação do trabalho por via da sobrecarga de atividades, em especial com o campo administrativo, apontando este como um desafio bastante relevante para o cotidiano docente:

A nossa sobrecarga do ponto de vista do trabalho administrativo... a gente tem que assumir *inúmeras tarefas do administrativo* que colocam em risco a produção do conhecimento, que colocam em risco o nosso tempo de dedicação, de preparação das aulas; acho que isso está presente em todas as universidades de uma forma geral (Entrevista 1 - p. 1, grifos nossos).

Tais depoimentos reforçam os desafios postos ao trabalho docente contemporâneo e se articulam aos desafios do mundo do trabalho em sua totalidade, localizados na contemporaneidade do padrão de acumulação capitalista em tempos de crise e reestruturação do capital, pós-1970. A opção brasileira pela continuidade, a partir do aprofundamento da privatização e do empresariamento da educação superior pública e privada se confirma como principal desafio da categoria profissional, por meio das entidades representativas. É o que aponta o coordenador de graduação da ABEPSS quando ressalta a greve dos docentes em 2015:

Eu me lembrava, durante esse período de greve (2015), o quanto que nós tentávamos fazer contato com o MEC e não éramos recebidos. Do ponto de vista da ABEPSS, protocolamos inúmeras tentativas de reunião com o MEC e nós fomos recebidos pelo assessor do assessor do assessor para a gente debater um pouco as nossas pautas. Fomos recebidos depois de muito cansaço! E no meio da greve, em junho, uma reportagem me chamava muito atenção, da Kroton Anhanguera<sup>8</sup>, dizendo que o Sr. Rodrigo Galindo [...] até que enfim estava sendo atendido, pois o Ministério antes de fazer as suas mudanças consultava o empresariado! Então, para você ver como a gente tem aí clara uma *opção do governo pela ampliação do ensino privado*, pela ampliação do EAD (Entrevista 1 – p. 1, grifos nossos).

Por dentro da tensão existente na intensificação do trabalho docente está o **produtivismo acadêmico**, estimulado pelo Estado a partir das agências de controle, regulação e fomento à pesquisa (CAPES e CNPq), no qual seus fundamentos cruzam com a lógica da “universidade operacional ou organizacional”, analisada por Chauí (1999) que se volta para metas, quantificações de produções e horas de trabalho. É o que um dirigente

---

<sup>8</sup> “Formam-se verdadeiros cartéis do ensino privado, como demonstrado pela fusão dos grupos Anhanguera Educacional e Kroton Educacional S/A, que agora são proprietárias de mais de 800 unidades de ensino superior e 810 escolas privadas, cujo valor de mercado (das duas companhias) aproxima-se dos R\$ 12 bilhões” (ANDES et. Al., s/d, p. 10).

chama de “medir com índices” (Entrevista 2 – p. 3), atingindo a graduação e a pós-graduação, pois se constitui como um serviço e não como um direito. O dirigente do ANDES ressalta que:

De fato, o que acontece é que *critérios de gestão que são próprios das empresas privadas* estão sendo trasladados, internalizados pelas universidades, e as universidades tendem a ser geridas como se fossem empresas que produzem algum bem ou algum serviço. É nesse sentido que nós entendemos essa lógica do produtivismo [...] é tratar a universidade, assim como acontece com a saúde, como se fosse uma empresa privada, que tem que produzir uma mercadoria... (Entrevista 2 – p. 2, grifos nossos).

Aliás, o produtivismo caracteriza-se também como eixo ameaçador da formação profissional, pois se encontra em desalinho com o projeto de formação pautado nas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS. O que incide, de forma contrária, sob a direção política da profissão e de seu projeto profissional crítico, pois é retirada da educação superior a lógica do direito, sendo esta reconhecida como serviço que pode (deve) ser prestado pelo mercado (preferencialmente) ou pelo Estado, mas com mínimos recursos e seguindo a lógica do mercado (é o caso das universidades públicas). É o que o dirigente do ANDES destaca: “o que acontece com a universidade é que se retira dela o caráter público, o caráter de direito, e passa a ser tratada como instituição prestadora de serviço, operada e gerida pela lógica do mercado” (Entrevista 2 – p. 3).

A dirigente do CFESS, no debate sobre o produtivismo recupera duas questões: 1) o produtivismo associado à intensificação do trabalho; e 2) a questão do tempo de pesquisa que difere do tempo do mercado. É o que podemos verificar no depoimento que se segue: ao mesmo tempo “isso (produtivismo) vem associado à intensificação de um trabalho docente que é *praticamente 24h!* Hoje associado às novas tecnologias que deixam o professor ligado o tempo inteiro: email, *Whatsapp, Facebook*” (Entrevista 3 – p. 3). Além disso, a entrevistada destaca que o tempo de maturação, realização e finalização de uma pesquisa não corresponde à “medida do tempo” e à lógica da gestão organizacional/empresarial, do mercado.

Porque ao mesmo tempo que intensifica (o trabalho docente), exigindo produtivismo para alimentar o mercado editorial, também não dá condições

para esse trabalhador docente de realização de pesquisa. Vai dando muito mais pressão para ele preencher o *lattes* e pouco tempo que a ciência exige. Aliás, o pouco tempo totalmente incompatível para o que a *ciência exige que é a densidade*, passar o mesmo objeto praticamente a vida inteira, é muita leitura, é acesso a livro, é acesso a cinema, acesso à cultura. *Vai muito além desse imediatismo que a gente está vivendo hoje* (Entrevista 3 – p. 3, grifos nossos).

Diante deste debate, o compromisso com a realização da pesquisa é destacado pela presidente da ABEPSS:

A gente tem que fazer pesquisa, tem que fazer *pesquisa comprometida* com o desvelamento da realidade. Agora, quando a gente cai na lógica do produtivismo, que é publicar, publicar, publicar, participar, fazer 1001 coisas ao mesmo tempo, no sentido de cumprir as expectativas dessas agências de fomento, o que é que vai acontecer? Você vai ter um processo de *distanciamento daquilo que é o seu projeto ético-político*, porque é *incoerente*, pois quem publica a mesma coisa dizendo de uma maneira diferente, quem publica vários artigos dizendo a mesma coisa com algumas mudanças pouco significativas, apenas para fazer com que mais um artigo conste no seu *lattes*, vai perdendo o compromisso com o próprio desvendamento da realidade [...]. Quando vítima desse processo, ele (o docente) entra nessa alienação de produzir, produzir, produzir, o seu ritmo de trabalho fica também extremamente intenso (Entrevista 4 – p. 3, grifos nossos).

Logo, constitui-se como uma ameaça à dinâmica pesquisa, ensino, produção de conhecimento e seu sentido social, distanciando-se dos valores e direção do PEPP e do projeto societário que o sustenta do ponto de vista político.

Podemos ainda dizer que o produtivismo também *compromete a capacidade de articulação coletiva*, isto é, de resistência política, pois o docente tem sua subjetividade capturada pela lógica da produção, das metas, ou seja, pela lógica empresarial que invade o espaço da universidade pública e da produção social do conhecimento.

*Muitas vezes ele* (o docente) *nem pára para pensar sobre isso*, mas quando tem as planilhas (avaliativas)... os sistemas avaliativos (PPGs) vão colocando: se um produziu dez (artigos), como é que aquele outro produziu um? É possível produzir dez! Então, *ele* (o docente) *não consegue perceber que ele mesmo vai alimentar as exigências e metas* estabelecidas pela própria universidade, pela própria universidade organização, pelas agências de fomento, que têm critérios que são extremamente diferenciados daquilo que seriam as nossas exigências para a produção, para gerar o conhecimento (Entrevista 4 – p. 3, grifos nossos).

A presidente da ABEPSS atenta para outro aspecto contraditório deste processo quando afirma que a própria lógica do produtivismo envolve subjetivamente este docente no momento em que valoriza quem conseguiu atingir as metas, funcionando como “[...] um elemento a mais que inclusive lhe dá mais poder, o poder da ciência, de *alguém altamente produtivo* que se revela nas suas produções” (Entrevista 4 – p. 3, grifos nossos).

É uma dinâmica perversa que atinge a formação e o exercício profissional, a direção política da profissão, podendo atingir ainda capacidade individual de análise crítica da realidade. Só a luta coletiva pode imprimir condições de enfrentamento real e defesa de uma educação de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de tantas dificuldades impostas à educação superior e ao trabalho docente em geral no século XXI novos desafios e inflexões se (im)põem para a direção social da profissão e a formação profissional crítica. Isto porque o projeto de formação profissional crítico, fundado nas Diretrizes de 1996, exige um espaço de formação distinto da “universidade nos moldes operacionais” (CHAUI, 1999). Por isso, como formar criticamente sob um modelo de formação precária e uma universidade focada no produtivismo e na intensificação do trabalho? A complexidade e profundidade do projeto de formação exige a formação de um intelectual e não de um profissional para atender cada vez mais às necessidades do mercado (contribuindo para o desmonte das políticas sociais) e a lógica produtivista, intensificada e precarizada da formação.

De acordo com análises críticas de Almeida et. Al. (1997, p. 53, grifos nossos): “a direção social, que vem hegemonicamente se consolidando no projeto de formação profissional e no meio intelectual do Serviço Social, encontra hoje, na universidade, um *ambiente extremamente desfavorável*”. É um dado da realidade que vem exigindo bastante da categoria do Serviço Social, em especial dos trabalhadores docentes, o que vem motivando também as reflexões e ações coletivas das entidades organizativas.

Assim, a ofensiva contra a educação superior vem se consolidando, mas não sem resistência por parte de vários coletivos profissionais, e dentre eles, os assistentes sociais que historicamente renovam no cotidiano sua capacidade de resistir e lutar. Como afirma Ortiz (2013, p. 29, grifos nossos): “[...] não podemos desconsiderar as contradições presentes nesta mesma sociedade e as *possibilidades históricas* [...]”.

Neste sentido, a presidente da ABEPSS ressalta: “o Serviço Social brasileiro *tem estabelecido resistências que poucas profissões têm feito*” (Entrevista 4 – p. 3, destaque da entrevistada). É uma profissão que tem uma tradição de luta, materializada pela constituição de um projeto profissional crítico (ainda que este projeto apresente limites e não envolva a totalidade da profissão), o que nos possibilita enriquecer análises e construir ações de enfrentamento às formas atuais de dominação do capital.

Por isso, é importante lembrar que a análise crítica, bem fundamentada e lúcida, a respeito da realidade, conjuntura, políticas sociais, formação e exercício profissional (como vimos nos resultados da pesquisa com os dirigentes de entidades) são ingredientes essenciais que as entidades organizativas do Serviço Social vêm conseguindo (não sem dificuldades) dar conta com seriedade e compromisso ético e político, direcionadas para a perspectiva de emancipação humana.

Isto porque no processo de resistência, a favor da formação qualificada, o coletivo tem papel essencial: as entidades nacionais, e nelas, os profissionais, os docentes, os pesquisadores e os estudantes, sendo fundamental a construção e efetivação de uma agenda de lutas coletivas, já que o maior “desafio é integrar o *rigor da crítica* com a capacidade de *manter viva* a iniciativa política” (IAMAMOTO, 2000, p. 38, grifos nossos).

## REFERÊNCIAS

ANDES; ANEL; CSP-Conlutas; Oposição de Esquerda da UNE; FENET; ExNEEF; SINASEFE; CFESS. Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já! **Cartilha em defesa da educação pública, gratuita e dos 10% do PIB para a educação pública já!**. Brasília, ANDES, s/d. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/repositorio/1605.pdf>>. Acesso em: 15/03/2016.

BRASIL. **Portaria nº 4.059**, de 10 de dezembro de 2004 (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34). Ministério da Educação. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2016.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2013**. Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2016.

CHAUÍ, M. A Universidade Operacional. **Folha Online**, Brasil 500 d.C. São Paulo, mai. 1999. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc\\_1\\_3.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_1_3.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!**: A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DUARTE, J. L. do N. Projeto Ético-Político do Serviço Social: entre limites e possibilidades de um projeto coletivo com direção social. In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. (orgs). **Temas Contemporâneos: o Serviço Social em foco**. 1. ed. São Paulo: outras Expressões, 2013, 167-194.

IAMAMOTO, M. V. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 1, n. 1. p. 35-79, 2000. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. (Reimpressão 2004).

ORTIZ, F. G. Notas sobre as diretrizes curriculares: avanços, impasses e desafios. In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. (orgs). **Temas contemporâneos: o Serviço Social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 11-31

SGUISSARDI, V.; SILVA Jr., J. R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.